



Santa Casa
DE JAHU

**DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS
DO EXERCÍCIO
FINDO EM**

31 DE DEZEMBRO DE 2017

**Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras**

Moore Stephens Prisma
Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75 – 15º andar
Ribeirão Preto - SP – 14021-613

Tel 55 (16) 3019-7900

msrp@msbrasil.com.br | www.msbrasil.com.br

Aos Administradores da
Irmandade de Misericórdia do Jahu
Jaú SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Irmandade de Misericórdia do Jahu (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Irmandade de Misericórdia do Jahu em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram por nós examinadas cujo relatório de auditoria, datado de 21 de fevereiro de 2017, continha ressalva sobre o ativo imobilizado quanto à falta de cadastros físico e financeiro adequado e pela ausência da adoção aos procedimentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) relacionados ao ativo imobilizado, incorrendo na falta da análise de recuperabilidade, determinação da vida útil estimada, definição de valor residual e valor depreciável dos ativos, que foi regularizado no exercício de 2017 com a contratação de peritos independentes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

a elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 2 de fevereiro de 2018.

Moore Stephens Prisma Auditores Independentes

CRC 2SP017256/O-3

CVM nº 11-713

Ricardo Aurélio Rissi

Contador CRC 1SP137183/O-8

Irmandade de Misericórdia do Jahu

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

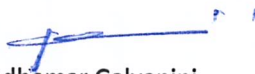
Em reais

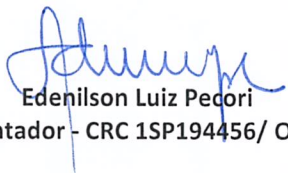
Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.518.133	2.306.505	Empréstimos e financiamentos	10	1.598.261	2.556.891
Aplicações financeiras - recursos com restrições	5	2.445.342	1.781.769	Fornecedores e prestadores de serviços	11	5.712.785	6.950.750
Contas a receber	6	6.641.383	10.345.987	Salários, encargos sociais e contribuições	12	3.348.013	3.066.688
Estoques	7	1.382.007	1.423.681	Provisão de férias e encargos	13	4.350.181	3.332.997
Impostos a recuperar		488.578	86.192	Outras obrigações	13	1.147.627	1.437.236
Outros créditos		187.950	128.671	Subvenções a realizar	8	22.279.792	36.317.726
Subvenções a receber	8	23.337.072	36.635.654	Total do passivo circulante		38.436.659	53.662.288
Despesas antecipadas		21.517	18.159				
Total do ativo circulante		37.021.982	52.726.618	Não circulante			
				Empréstimos e financiamentos	10	750.185	708.446
Não circulante				Salários, encargos sociais e contribuições	12	3.757.197	3.868.416
Realizável a longo prazo				Outras obrigações	13	219.763	788.865
Subvenções a receber	8	8.001.024	-	Subvenções a realizar	8	15.094.571	3.176.252
Contas a receber	6	146.410	142.719	Provisão para contingências	14	1.471.537	1.991.288
Outros créditos		8.000	-	Total do passivo não circulante		21.293.253	10.533.267
Depósitos judiciais	14	137.398	166.317				
Imobilizado	9	69.412.438	18.388.649	Patrimônio líquido			
Intangível		102.532	94.769	Patrimônio social		5.429.872	8.140.309
Total do ativo não circulante		77.807.802	18.792.454	Ajuste de avaliação patrimonial - AAP		51.522.491	-
				Déficit acumulado		(1.852.491)	(816.792)
				Total do patrimônio líquido	16	55.099.872	7.323.517
Total do ativo		114.829.784	71.519.072	Total do passivo e patrimônio líquido		114.829.784	71.519.072

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jahu (SP), 31 de dezembro de 2017


Alcides Bernardi Júnior
Provedor


Adhemar Galvanini
1.º Tesoureiro


Edenilson Luiz Pecori
Contador - CRC 1SP194456/ O-5

Irmandade de Misericórdia do Jahu

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016


Em reais

	Nota	2017	2016
Receita operacional			
Serviços hospitalares	17	65.679.581	67.607.545
Subvenções e doações	18	25.972.570	23.265.992
		<u>91.652.151</u>	<u>90.873.537</u>
Custo dos serviços prestados		<u>(89.920.578)</u>	<u>(86.393.865)</u>
Superávit bruto		<u>1.731.573</u>	<u>4.479.672</u>
(Despesas) receitas operacionais			
Pessoal	19	(7.136.299)	(8.160.714)
Administrativas e gerais	20	(5.890.568)	(5.239.287)
Outras receitas	21	9.192.449	8.205.195
Déficit antes do resultado financeiro		<u>(3.834.418)</u>	<u>(5.194.806)</u>
Resultado financeiro líquido	22	(326.765)	(101.658)
Déficit do exercício		<u>(2.429.610)</u>	<u>(816.792)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jahu (SP), 31 de dezembro de 2017


Alcides Bernardi Júnior
Provedor


Adhemar Galvanini
1.º Tesoureiro


Edenilson Luiz Pecori
Contador - CRC 1SP194456/ O-5

Irmandade de Misericórdia do Jahu

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016


Em reais

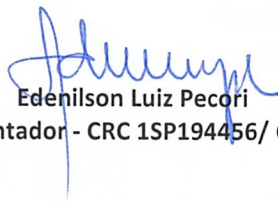
	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial (AAP)	Déficit acumulado	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	<u>7.107.870</u>	-	<u>1.032.439</u>	<u>7.107.870</u>
Incorporação do superávit acumulado no patrimônio social	1.032.439	-	(1.032.439)	1.032.439
Déficit do exercício	-	-	(816.792)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>8.140.309</u>	-	<u>(816.792)</u>	<u>8.140.309</u>
Absorção do déficit acumulado com o patrimônio social	(816.792)	-	816.792	(816.792)
Adequações das subvenções a realizar	(1.893.645)	-	-	(1.893.645)
Ajuste de avaliação patrimonial - AAP	-	52.099.609	-	52.099.609
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	(577.118)	577.118	-
Déficit do exercício	-	-	(2.429.609)	(2.429.609)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>5.429.872</u>	<u>51.522.491</u>	<u>(1.852.491)</u>	<u>55.099.872</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jahu (SP), 31 de dezembro de 2017


Alcides Bernardi Júnior
Provedor


Adhemar Galvanini
1.º Tesoureiro


Ednilson Luiz Pecori
Contador - CRC 1SP194456/ O-5

Irmandade de Misericórdia do Jahu

Demonstração dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016


Em reais


	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(2.429.609)	(816.792)
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	860.555	1.578.854
Baixas líquidas do imobilizado	6.069.384	12.359
Provisão para contingências	(519.751)	(2.351.944)
Provisão para perda sobre crédito	141.982	-
Juros provisionados e não pagos	239.392	202.559
(Aumento) redução nos ativos:		
Aplicações financeiras	(663.573)	514.334
Contas a receber	3.558.931	(4.158.995)
Estoques	41.674	113.578
Impostos a recuperar	(402.386)	4.170
Outros créditos	(67.279)	425.885
Subvenções a receber	5.297.558	(21.502.380)
Despesas antecipadas	(3.358)	(8.628)
Depósitos judiciais	28.919	(17.600)
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores e prestadores de serviços	(1.237.965)	382.922
Salários, encargos sociais e contribuições	170.106	329.701
Provisão de férias e encargos	1.017.184	572.195
Outras obrigações	(858.711)	(942.709)
Subvenções a realizar	(4.013.260)	23.322.444
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	<u>7.229.793</u>	<u>(2.340.047)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do imobilizado	(5.861.882)	(3.336.585)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(5.861.882)</u>	<u>(3.336.585)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captações de empréstimos e financiamentos	1.400.000	2.500.000
Pagamentos de principal e juros de empréstimos e financiamentos	(2.556.283)	(584.673)
Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades de financiamentos	<u>(1.156.283)</u>	<u>1.915.327</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>211.628</u>	<u>(3.761.305)</u>
Varição do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	2.518.133	2.306.505
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	2.306.505	6.067.810
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>211.628</u>	<u>(3.761.305)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jahu (SP), 31 de dezembro de 2017


Alcides Bernardi Júnior
Provedor


Adhemar Galvanini
1.º Tesoureiro


Edenilson Luiz Pecori
Contador - CRC 1SP194456/ O-5

Irmandade de Misericórdia do Jahu

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

1 Contexto operacional

A Irmandade de Misericórdia do Jahu é uma associação civil, privada e beneficente, sem finalidade lucrativa, imune de impostos e isenta de contribuições, regendo-se pelo Estatuto Social e demais disposições legais. A Entidade tem sua sede na cidade de Jahu, estado de São Paulo, localizada na rua Riachuelo nº 1.073 e tem como finalidade prestar assistência médica hospitalar a quem deles necessitar gratuitos ou não, prestar assistência social aos desvalidos, operar com planos privados de assistência à saúde e firmar convênios com entidades para criação e manutenção de unidade com os mesmos fins.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas em especial, a Resolução CFC nº 1409/2012, que aprovou a ITG 2002 – Entidade sem finalidade de lucros. As demonstrações financeiras incluindo as notas explicativas são de responsabilidade da Administração da Entidade, cuja emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 2 de fevereiro de 2018.

A Administração avaliou a capacidade da Entidade em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

The right side of the page contains several handwritten signatures in blue ink. There are approximately seven distinct signatures, some appearing to be initials or full names, arranged vertically. The ink is a consistent blue color and the handwriting is cursive and somewhat stylized.The bottom of the page features a cluster of handwritten signatures in blue ink. These signatures are more varied in style, with some being very large and sweeping, while others are more compact. They appear to be additional approvals or signatures related to the document.

b Mensuração de valor

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto se indicado de outra forma na correspondente nota explicativa.

c Moeda de apresentação e funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais. O Real é a moeda funcional da Entidade.

d Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras da Entidade:

a Instrumentos financeiros

a.1 Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual

essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Entidade nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

A Entidade possui aplicações financeiras (nota 4) e recebíveis como ativos financeiros não derivativos.

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

a.2 Passivos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Entidade possui fornecedores e prestadores de serviços e outras contas a pagar como passivos financeiros não derivativos.

b Caixa e bancos

Compreendem os saldos de depósitos bancários à vista e são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de curtíssimo prazo da Entidade.

c Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição. No caso da Entidade, apesar da disponibilidade dos recursos, os mesmos não serão consumidos de forma significativa no curto prazo.

d Contas a receber

As contas a receber, especificamente de convênios médicos e com o SUS, são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Entidade não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. A Administração da Entidade não tem a expectativa de outras perdas significativas.

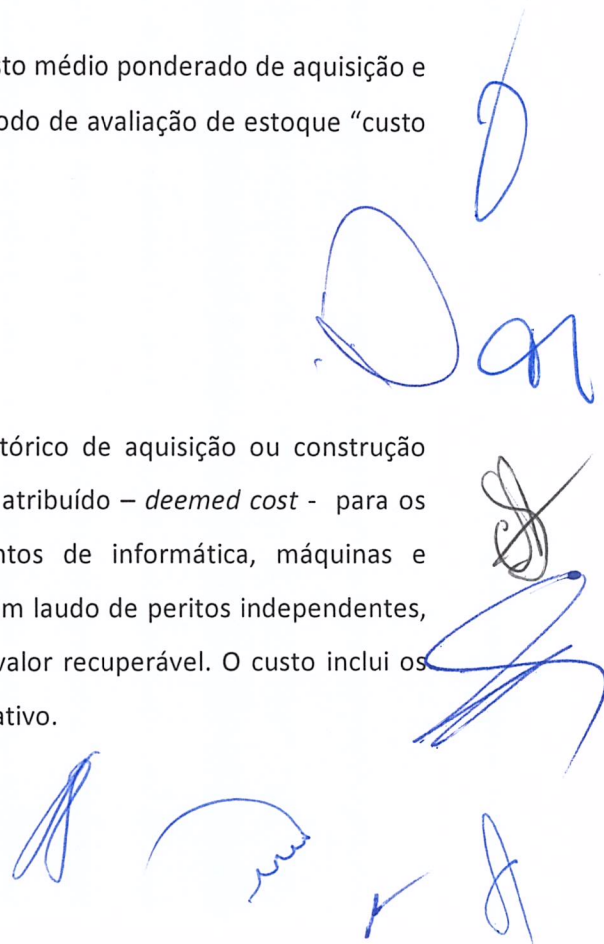
e Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo médio ponderado de aquisição e o valor líquido de realização. O custo é baseado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado" e inclui gastos para a aquisição.

f Imobilizado

f.1 Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada acrescidos do custo atribuído – *deemed cost* - para os bens das contas de terrenos, edificações, equipamentos de informática, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e veículos, com base em laudo de peritos independentes, e, quando aplicável, deduzido de perdas de redução ao valor recuperável. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Handwritten signatures in blue ink on the right side of the page, including a large signature at the top right and several smaller ones at the bottom right.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor líquido contábil do imobilizado, são reconhecidos em receitas/despesas operacionais no resultado do exercício.

f.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

f.3 Depreciação

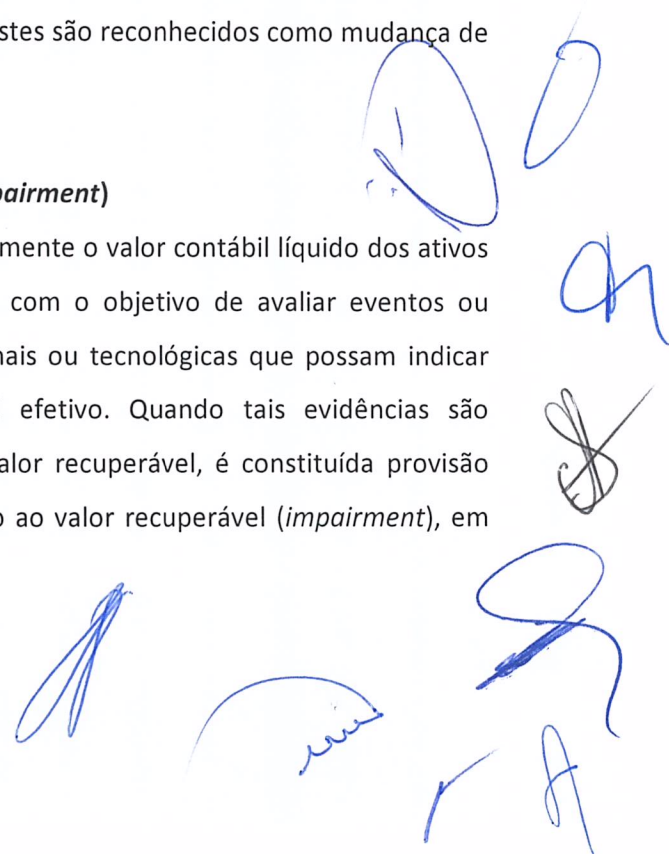
Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na vida útil econômica estimada de cada item. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso.

A depreciação é reconhecida no resultado. A depreciação é cessada quando o valor líquido contábil atinge o valor residual final do bem.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de *impairment*)

A Administração da Entidade revisa no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável efetivo. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável (*impairment*), em contrapartida do resultado.



Com base nas informações atualmente disponíveis, a Administração da Entidade desconhece a perda por deterioração de ativos ou mudanças nas circunstâncias de negócio, que justifiquem o reconhecimento de uma perda em função da não recuperação dos referidos ativos.

h Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

As provisões são registradas tendo como base as estimativas do risco envolvido.

i Fornecedores e prestadores de serviços

As contas a pagar são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, conforme aplicável.

j Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma:

Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Entidade possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando-se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das demandas, a similaridade com outros processos, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Entidade, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída futura de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas

Handwritten signatures in blue ink on the right side of the page, including a large signature at the top, a smaller one below it, and several others at the bottom.

possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes classificados como perda remota não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, quando for o caso, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

k Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos de transação) e, subsequencialmente, demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo dos empréstimos e financiamentos de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

Os empréstimos e financiamentos com vencimentos até o encerramento do próximo exercício social estão classificados no passivo circulante, e os com prazos superiores, no passivo não circulante.

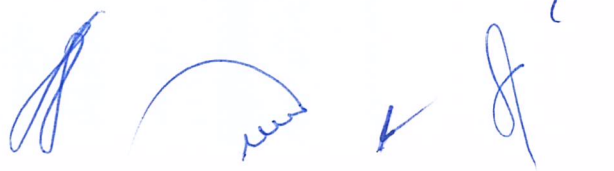
l Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário (valor justo).

m Segregação entre circulante e não circulante

As operações ativas e passivas com vencimentos inferiores a um ano estão registradas no circulante e as com prazos superiores no não circulante.



n Receitas e despesas

O resultado das operações (superávit ou déficit) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, independentemente, portanto, do seu efetivo recebimento ou pagamento.

Todas as receitas são destinadas aos fins institucionais da Entidade e, portanto, são consideradas operacionais.

o Ajuste de Avaliação Patrimonial – AAP

A realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial (basicamente depreciação e baixas), está sendo registrada diretamente no déficit aumentado no patrimônio líquido.

p Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto.

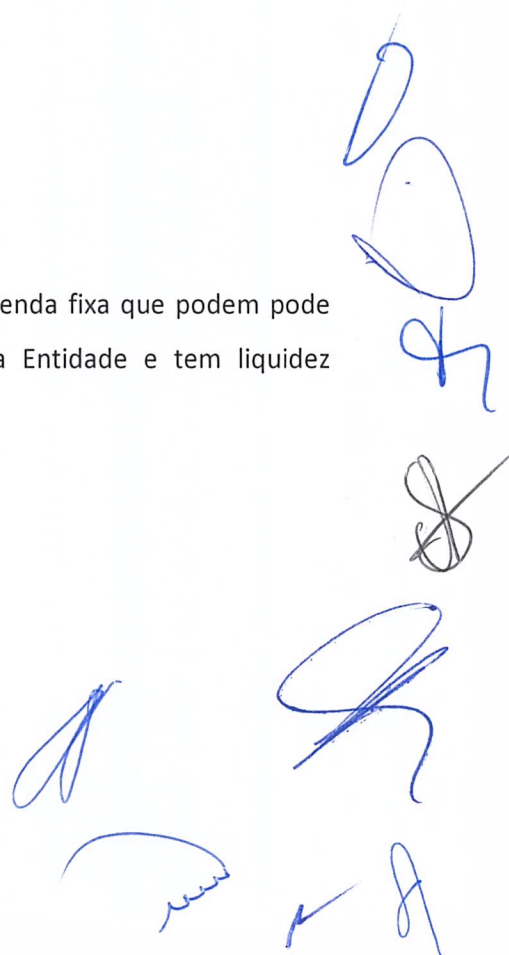
4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa	8.218	5.963
Bancos conta movimento	213.178	273.090
Aplicações financeiras (i)	<u>2.296.737</u>	<u>2.027.452</u>
	<u><u>2.518.133</u></u>	<u><u>2.306.505</u></u>

(i) Refere-se a aplicações financeiras em fundos de investimento de renda fixa que podem ser resgatada de acordo com as necessidades de recursos da Entidade e tem liquidez imediata. Esses fundos são remunerados a variação do CDI.

5 Aplicações financeiras – recursos com restrições

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Aplicações financeiras	<u><u>2.445.342</u></u>	<u><u>1.781.769</u></u>



Refere-se a aplicações financeiras em poupança dos recursos recebidos por meio de subvenção municipal, estadual e/ou federal que possuem restrição de uso, que podem ser resgatadas exclusivamente para as finalidades definidas nas contratualizações e que estão sujeitas a prestação de contas. Os recursos aplicados são remunerados pelos rendimentos da caderneta de poupança.

6 Contas a receber

	2017			2016		
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Convênios	3.523.799	-	3.523.799	3.722.612	-	3.722.612
Sistema Único de Saúde – SUS	3.178.811	-	3.178.811	6.534.884	-	6.534.884
Outros créditos a receber	85.183	146.410	231.593	92.919	142.719	235.638
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (i)	(146.410)	-	(146.410)	(4.428)	-	(4.428)
	<u>6.641.383</u>	<u>146.410</u>	<u>6.787.793</u>	<u>10.345.987</u>	<u>142.719</u>	<u>10.488.706</u>

(i) Refere-se a perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, constituídas sobre o montante considerado de difícil realização.

7 Estoques

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Medicamentos	504.624	660.214
Almoxarifado (i)	480.941	471.315
Manutenção	196.097	187.397
Outros estoques	200.345	104.755
	<u>1.382.007</u>	<u>1.423.681</u>

(i) Trata-se de material hospitalar, kits cirúrgicos e gêneros alimentícios.

8 Subvenções a receber e a realizar

<u>Descrição</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Subvenções a receber - ativo	31.338.096	36.635.654
Subvenções a realizar - passivo	37.374.363	39.493.978

Em Subvenções a receber são registrados os montantes de valores contratuais a receber em relação aos convênios autorizados, cuja contra partida é o passivo circulante em Subvenções a realizar. A baixa do ativo ocorre sempre que a Entidade recebe o recurso financeiro e a baixa do passivo ocorre no momento em que o recurso financeiro recebido é utilizado para o fim específico.

Os valores estão assim demonstrados:

	<u>Natureza</u>	<u>Subvenções a receber</u>		<u>Subvenções a realizar</u>	
		<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Circulante					
Ministério da Saúde- FNS	Investimento	2.100.000	830.000	-	-
Secretaria Estado Saúde - SES	Custeio	10.437.072	25.405.654	11.477.538	25.917.727
Município do Jahu	Custeio	10.800.000	10.400.000	10.802.254	10.400.000
		<u>23.337.072</u>	<u>36.635.654</u>	<u>22.279.792</u>	<u>36.317.727</u>
Não circulante					
Ministério da Saúde - FNS	Investimento	-	-	7.018.050	3.076.935
Secretaria Estado Saúde - SES	Investimento	-	-	75.497	99.317
Secretaria Estado Saúde - SES	Custeio	8.001.024	-	8.001.024	-
		<u>8.001.024</u>	<u>-</u>	<u>15.094.571</u>	<u>3.176.252</u>
		<u>31.338.096</u>	<u>36.635.654</u>	<u>37.374.363</u>	<u>39.493.979</u>

9 Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	2017		2016	
		Custo histórico + AAP	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	16.857.081	-	16.857.081	2.307.445
Edificações	de 2,22% a 5%	37.940.022	(335.421)	37.604.601	7.212.707
Equipamentos de informática	de 20% a 100%	536.425	(80.899)	455.526	185.472
Máquinas e equipamentos	de 10% a 50%	12.613.064	(1.815.465)	10.797.599	7.175.196
Móveis e utensílios	de 10% a 50%	3.773.965	(283.267)	3.490.698	870.643
Veículos	de 16,67% a 25%	237.099	(30.166)	206.933	187.558
Obras em andamento		-	-	-	449.628
		71.957.656	(2.545.218)	69.412.438	18.388.649

a. Movimentação do custo histórico

Descrição	1º/1/2016	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	AAP	31/12/2017
Terrenos	2.307.445	-	-	-	2.307.445	-	-	-	14.549.636	16.857.081
Edificações	14.448.276	-	-	926.410	15.374.686	-	(8.591.578)	451.513	30.705.401	37.940.022
Equipamentos de informática	823.707	75.689	-	-	899.396	6.040	(676.049)	-	307.038	536.425
Máquinas e equipamentos	13.365.479	2.263.670	(534)	-	15.628.615	5.473.865	(12.349.018)	-	3.859.602	12.613.064
Móveis e utensílios	2.270.810	215.924	(11.883)	-	2.474.851	267.895	(1.628.348)	-	2.659.567	3.773.965
Veículos	104.402	162.838	-	-	267.240	101.999	(150.505)	-	18.365	237.099
Obras em andamento	775.711	600.327	-	(926.410)	449.628	1.885	-	(451.513)	-	-
	34.095.830	3.318.448	(12.417)	-	37.401.861	5.851.684	(23.395.498)	-	52.099.609	71.957.656

b. Movimentação da depreciação acumulada

Descrição	1º/1/2016	Adições	31/12/2016	Adições	Baixas	AAP	31/12/2017
Edificações	(7.599.782)	(562.197)	(8.161.979)	(63.960)	8.161.979	(271.461)	(335.421)
Equipamentos de informática	(663.268)	(50.656)	(713.924)	(13.898)	673.432	(26.509)	(80.899)
Máquinas e equipamentos	(7.595.591)	(857.828)	(8.453.419)	(162.537)	6.960.864	(160.373)	(1.815.465)
Móveis e utensílios	(1.499.698)	(104.510)	(1.604.208)	(35.962)	1.474.659	(117.756)	(283.267)
Veículos	(77.251)	(2.431)	(79.682)	(4.645)	55.180	(1.019)	(30.166)
	<u>(17.435.590)</u>	<u>(1.577.622)</u>	<u>(19.013.212)</u>	<u>(281.002)</u>	<u>17.326.114</u>	<u>(577.118)</u>	<u>(2.545.218)</u>

A administração contratou empresa especializada para a apuração do custo atribuído (deemed cost) de seus bens imobilizados conforme facultado pelo ICPC 10, que emitiu laudo técnico base para os registros. O laudo apurou um acréscimo no ativo imobilizado em contrapartida do patrimônio líquido na conta de "Ajuste de Avaliação Patrimonial (AAP)", no montante de R\$ 52.099.609. A depreciação referente ao AAP ocorrida nos meses subseqüentes a data do laudo representam o montante de R\$577.118.

Foi também contemplado no Laudo dos Peritos Independentes, a análise da vida útil remanescente e a determinação dos valores residuais finais dos grupos pertinentes. Portanto, a despesa de depreciação está ajustada levando em consideração as referidas análises. Também como resultado do trabalho, não foi identificada a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis (impairment).

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large circular mark and several scribbled-out marks.

10 Empréstimos e financiamentos

Finalidades	Vencimentos finais	Taxas	Garantias	2017			2016		
				Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Capital de giro	dez/18	1,68% a.m.	Cessão de direitos	179.242	-	179.242	179.241	179.241	358.482
Capital de giro	set/18	1,39% a.m.	Cessão de direitos	255.554	-	255.554	340.740	255.556	596.296
Capital de giro	mai/18	1,55% a.m.	Cessão de direitos	323.460	-	323.460	776.302	323.459	1.099.761
Capital de giro	dez/19	1,16% a.m.	Cessão de direitos	808.703	808.704	1.617.407	-	-	-
Conta garantida	-	-	-	240.000	-	240.000	1.500.000	-	1.500.000
(-) Juros a incorrer	-	-	-	(208.698)	(58.519)	(267.217)	(239.392)	(49.810)	(289.202)
				1.598.261	750.185	2.348.446	2.556.891	708.446	3.265.337

11 Fornecedores e prestadores de serviços

	2017	2016
Fornecedores	2.624.077	3.493.096
Honorários médicos	3.088.708	3.457.654
	5.712.785	6.950.750

12 Salários, encargos sociais e contribuições

	2017			2016		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Salários a pagar	2.033.428	-	2.033.428	1.825.874	-	1.825.874
Pensão alimentícia a pagar	5.136	-	5.136	3.807	-	3.807
Contribuição sindical	4.963	-	4.963	19.956	-	19.956
INSS empregados (i)	243.572	-	243.572	229.166	-	229.166
PIS	-	-	-	38.683	-	38.683
FGTS – Empregados (ii)	339.727	-	339.727	294.916	-	294.916
FGTS a recolher (ii)	88.722	791.108	879.830	86.677	859.556	946.233
Parcelamento da procuradoria (iii)	278.071	2.966.089	3.244.160	257.902	3.008.860	3.266.762
Rescisão a pagar	-	-	-	9.074	-	9.074
INSS sobre nota fiscal	31.030	-	31.030	24.528	-	24.528
IRRF a recolher (i)	222.985	-	222.985	205.149	-	205.149
COFINS/PIS/CSLL (i)	80.236	-	80.236	61.520	-	61.520
ISS	20.143	-	20.143	9.436	-	9.436
	3.348.013	3.757.197	7.105.210	3.066.688	3.868.416	6.935.104

- (i) Os saldos correspondem aos encargos sociais e contribuições e impostos do exercício de 2017.
- (ii) Valor devido com a Caixa Econômica Federal em 240 parcelas, com vencimento final em 1º/11/2027. O encargo social é relativo ao período de 12/2000 a 7/2007, e estão atualizados até 31 de dezembro e 2017.
- (iii) Saldo de parcelamento com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Pis, Pasep, IRRF e Cofins) em até 180 parcelas, com vencimento final em 30/11/2029. O parcelamento é relativo a débitos de dívida ativa, e estão atualizados até 31 de dezembro de 2017.

13 Outras obrigações

	2017			2016		
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Cheques a compensar	410.345	-	410.345	227.857	-	227.857
Energia elétrica (i)	242.167	68.754	310.921	188.919	310.920	499.839
Acordos a pagar (iii)	278.469	99.000	377.469	798.727	373.926	1.172.653
Empréstimo consignado	151.026	-	151.026	121.331	-	121.331
Água e esgoto (ii)	52.009	52.009	104.018	68.722	104.019	172.741
Outros valores a pagar	13.611	-	13.611	31.680	-	31.680
	<u>1.147.627</u>	<u>219.763</u>	<u>1.367.390</u>	<u>1.437.236</u>	<u>788.865</u>	<u>2.226.101</u>

- (i) Trata-se do parcelamento de dívidas do fornecimento de energia elétrica, relativo ao período de 2006 a 2008, em 120 parcelas, com vencimento final em 27/3/2019 e estão atualizados até 31 de dezembro e 2017.
- (ii) A Irmandade de Misericórdia do Jahu, formalizou parcelamentos de dívida relativa dos exercícios de 2009 e 2010 em até 120 parcelas, com vencimento final em 16/12/2019. Os saldos dos parcelamentos estão atualizados em 31 de dezembro de 2017.
- (iii) Referem-se a acordos parcelados decorrentes de ações trabalhistas em que a Entidade foi sentenciada ao pagamento.

14 Provisão para contingências e depósitos judiciais

A Entidade, assume a responsabilidade como parte envolvida em processos cíveis e trabalhistas e discute judicialmente essas ações. Com base no andamento, na posição atual, no risco envolvido e na opinião dos assessores jurídicos que indica perda provável, a Administração decidiu manter provisão para as contingências cíveis e trabalhistas no montante de R\$ 1.471.537 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1.991.288 em 2016), considerada suficiente para cobrir eventuais perdas.

a Composição de saldo

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Trabalhistas	468.167	384.918
Cíveis	<u>1.003.370</u>	<u>1.606.370</u>
	<u>1.471.537</u>	<u>1.991.288</u>

b Movimentação das provisões para contingências e depósitos judiciais

	<u>Depósito judicial</u>	<u>Provisão para contingência</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2016	148.717	4.343.232
Aumento	61.453	73.642
Diminuição	(43.853)	(2.425.586)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	166.317	1.991.288
Aumento	67.351	83.249
Diminuição	(96.270)	(603.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	137.398	1.471.537



15 Passivos contingentes

A Entidade discute ações de natureza cível e trabalhista, classificadas pelos assessores jurídicos como perda possível, no montante de R\$ 11.779.856. Tais ações, devido à natureza e histórico são passíveis de acordos de menor valor. Sobre essas demandas, não foi constituída qualquer provisão para contingências.

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e das operações da Entidade estão sujeitas a exames das autoridades fiscais e, em decorrência, a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis consoante a legislação aplicável a cada circunstância (em geral cinco anos).

16 Patrimônio líquido

a Patrimônio social

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício. O valor do patrimônio social em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 5.429.872 (R\$ 8.140.309 em 2016).

Em decorrência do levantamento físico e financeiro dos bens do ativo imobilizado efetuado por empresa especializada (conforme nota 9), a Administração apurou um valor de R\$ 1.893.645, ajustado na rubrica de subvenção a realizar em contrapartida do patrimônio social, referente às verbas recebidas para investimentos específicos em ativo imobilizado cujas receitas, conforme norma contábil, devem ser reconhecidas na mesma proporção da incorrência das respectivas depreciações dos bens. Essa adequação foi reconhecida diretamente no patrimônio social da Entidade.

b Ajuste de Avaliação Patrimonial – AAP

Refere-se ao Ajuste de Avaliação Patrimonial de bens do ativo imobilizado registrado em contrapartida da rubrica do ativo imobilizado, conforme nota explicativa 9. A realização do ajuste de avaliação patrimonial (basicamente depreciação e baixa do ativo imobilizado) está sendo registrada diretamente no déficit acumulado.

c Déficit acumulado

O déficit acumulado em 2017 de R\$ 1.852.491 deve ser amortizado com o patrimônio social após a aprovação dessas demonstrações financeiras em Assembleia Geral Ordinária.

17 Serviços hospitalares

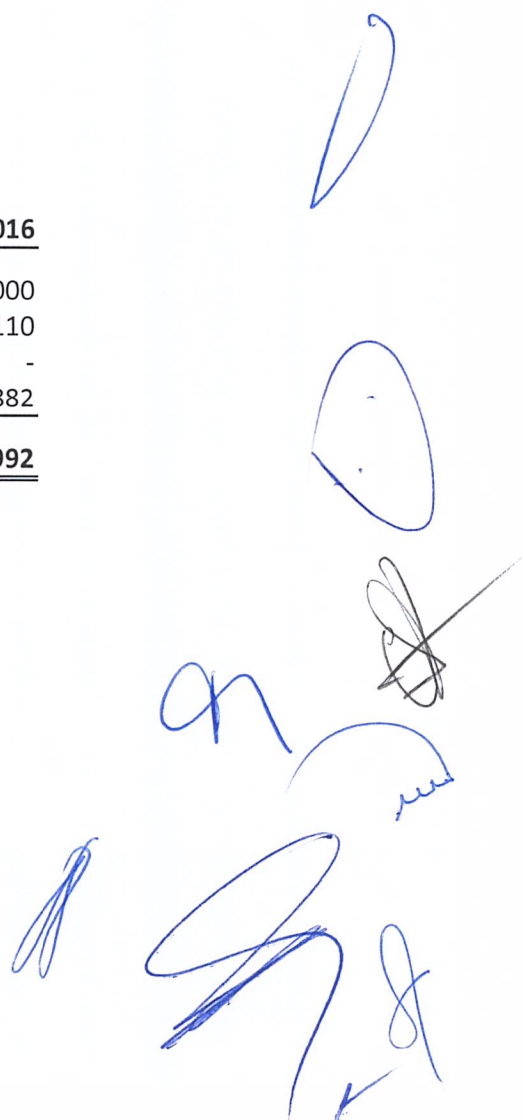
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Particulares	3.353.672	2.856.115
SUS (i)	34.891.848	36.329.753
Convênios (ii)	<u>27.434.061</u>	<u>28.421.677</u>
	<u>65.679.581</u>	<u>67.607.545</u>

(i) Faturamento de procedimentos e incentivos de contratualização.

(ii) Atividade de saúde suplementar realizadas pelo hospital.

18 Subvenções e doações

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Subvenção municipal	17.954.776	15.750.000
Subvenção estadual	6.656.851	5.985.110
Subvenção federal	202.685	-
Outras doações de pessoas físicas e jurídicas	<u>1.158.258</u>	<u>1.530.882</u>
	<u>25.972.570</u>	<u>23.265.992</u>



19 Pessoal

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Salários e adicionais	(5.031.036)	(5.788.161)
Encargos sociais sobre a folha de pagamento	(605.260)	(639.423)
Férias e encargos	(703.088)	(763.241)
13º salário e encargos	(444.140)	(568.117)
Cesta básica	(154.925)	(264.214)
Plano de saúde e seguro de vida de funcionários	(176.909)	(64.709)
Vale transporte	(20.941)	(72.849)
	<u>(7.136.299)</u>	<u>(8.160.714)</u>

20 Administrativas e gerais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Depreciação	(2.370.152)	(1.578.796)
Ajustes de estoque	(224.639)	(77.923)
Materiais de uso e consumo	(549.128)	(656.638)
Provisão para contingência	(404.889)	(535.460)
Serviços de terceiros	(722.280)	(485.671)
Manutenção e reparos	(296.762)	(336.475)
Provisão para perdas estimadas sobre créditos	(141.982)	-
Energia elétrica	(190.338)	(196.118)
Gêneros alimentícios	(192.191)	(39.194)
Ressarcimentos efetuados	(12.256)	(308.596)
Telefonia	(104.112)	(105.327)
Despesas diversas	(681.839)	(919.089)
	<u>(5.890.568)</u>	<u>(5.239.287)</u>

21 Outras receitas e despesas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Pronto atendimento – repasse convênios	2.590.620	2.449.756
Recuperação tributária - PIS sobre folha de pagamento	1.761.223	-
Recuperação de despesas médico-hospitalares	1.291.162	962.218
Receita de venda da lanchonete	1.061.105	912.647
Reversão de provisões	911.782	2.374.805
Recuperação de despesas diversas	373.775	672.993
Receita de aluguel	196.632	217.146
Nota fiscal paulista	99.108	-
Receita de medicamentos e materiais	75.250	133.695
Ajuste de estoque	45.843	299.401
Anuidade de irmãos	37.480	40.199
Receita com esterilização de materiais	31.479	25.079
Venda de descartáveis	29.026	38.907
Receita com refeição de pacientes	4.056	31.558
Recuperação de processos	3.217	314
Receita com eventos	-	19.521
Outras receitas e despesas	680.691	26.956
	<u>9.192.449</u>	<u>8.205.195</u>

22 Resultado financeiro líquido

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	250.817	345.420
Rendimentos sobre aplicação financeira	213.962	431.672
Juros ativos	4.461	-
	<u>469.240</u>	<u>777.092</u>
Despesas financeiras		
Descontos concedidos	(23)	(6.744)
Juros passivos	(681.729)	(801.170)
Despesas bancárias	(114.253)	(70.836)
	<u>(796.005)</u>	<u>(878.750)</u>
	<u><u>(326.765)</u></u>	<u><u>(101.658)</u></u>



23 Demonstrativo das contribuições previdenciárias isentas

Em atendimento ao parágrafo 2º do artigo 11 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, são demonstrados a seguir os valores relativos à isenção previdenciária como se fossem gozados durante o exercício:

Mês de competência	Remuneração paga	Autônomos			Assalariados	
		2017	2016	Base de cálculo	2017	2016
		Isenção - 20%	Isenção - 20%		Isenção	Isenção
Janeiro	785.487	157.097	145.321	2.599.632	736.912	623.580
Fevereiro	716.171	143.234	132.307	2.569.598	728.399	645.269
Março	651.993	130.399	164.151	2.615.840	741.507	644.536
Abril	739.605	147.921	152.169	2.670.450	756.987	659.855
Maiο	680.948	136.190	121.656	2.667.087	756.034	646.696
Junho	723.863	144.773	168.787	2.721.889	771.568	644.910
Julho	735.479	147.096	122.193	2.780.275	788.119	705.383
Agosto	801.819	160.364	138.810	2.769.850	785.164	722.551
Setembro	743.417	148.683	115.681	2.854.775	809.237	713.169
Outubro	578.090	115.618	140.480	2.855.783	809.523	711.361
Novembro	674.895	134.979	141.277	2.880.104	816.417	727.752
Dezembro	583.848	116.770	118.140	2.939.803	833.340	711.253
13º salário	-	-	-	2.523.190	715.244	641.699
	8.415.615	1.683.124	1.660.972	35.448.276	10.048.451	8.798.014

Além das isenções previdenciárias, a Entidade também teve as seguintes isenções:

	2017	2016
COFINS	3.019.223	3.309.968
IPVA	963	982
ISSQN	934.651	953.786
PIS folha	355.253	315.953
	4.310.090	4.580.689

24 Aspectos fiscais

Consideram-se imunes as entidades civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais. A Entidade enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, e possui imunidade subjetiva quanto ao recolhimento de tributos sobre a receita e sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Entidade, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da imunidade tributária da qual goza a Entidade.

A Administração desconhece qualquer problema de natureza legal ou fiscal que pudesse afetar a Entidade, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais.

25 Composição dos órgãos de Administração da Entidade

A Entidade conta com os seguintes órgãos de Administração, conforme determina seu Estatuto Social:

Mesa Administrativa – constituído de 9 membros titulares e suplentes, que dirige, fiscaliza e controla a Entidade, com mandato de três anos, prestando contas ao Conselho Fiscal e a Assembleia Geral, bem como elabora o orçamento e programa e o balanço de cada exercício. Membros desta Mesa Administrativa não podem ser nomeados para o Conselho Fiscal.

Conselho Fiscal – órgão de controle interno, responsável pela fiscalização da gestão econômico-financeira da Entidade e operações patrimoniais, com mandato de três anos, permitindo recondução dos seus membros por iguais períodos. Constituído de três membros titulares e três suplentes.



26 Atendimento ao Sistema Único de Saúde – SUS

Com observância ao disposto pelo Artigo 4º, inciso III, da Lei nº 12.101 de 27/11/2009, o número total de internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados, no exercício de 2017 foi de:

Mês	SUS		Internação			Ambulatório		% SUS Mensal
	Qtde.	Paciente-Dia	Qtde.	Paciente-Dia	% SUS internação	Qtde.	Qtde. Ambulatório	
Janeiro	960	4.998	552	1.756	74,00%	11.211	3.988	73,76%
Fevereiro	939	4.329	486	1.707	71,72%	11.193	4.293	72,28%
Março	1.037	4.736	548	1.486	76,12%	13.011	4.952	72,43%
Abril	954	4.729	490	1.478	76,19%	11.892	4.692	71,71%
Mai	991	4.921	540	1.517	76,44%	12.558	4.782	72,42%
Junho	912	4.964	576	1.784	73,56%	11.614	4.866	70,47%
Julho	901	5.276	532	1.748	75,11%	11.424	4.618	71,21%
Agosto	941	5.168	530	1.577	76,62%	11.887	4.652	71,87%
Setembro	931	4.989	501	1.505	76,82%	12.660	5.156	71,06%
Outubro	931	5.152	505	1.679	75,42%	12.957	5.271	71,08%
Novembro	938	4.873	482	1.337	78,47%	12.050	4.516	72,74%
Dezembro	809	4.221	440	1.297	76,50%	10.993	4.376	71,53%
Total	11.244	58.356	6.182	18.871	75,56%	143.450	56.162	71,86%

No Plano de Ação Regional (Portaria MS 1.970/2011 - Artigo 33), preencha caso a entidade possua:

I - Atenção obstétrica e neonatal;

II - Atenção oncológica;

III - Atenção às urgências e emergências;

IV - Atendimentos voltados aos usuários de álcool, crack e outras drogas; e

V - Hospitais de Ensino

Sim / Não	Máximo	Obtido
Sim	1,50%	1,50%
Não	1,50%	0,00%
Sim	1,50%	1,50%
Não	1,50%	0,00%
Não	1,50%	0,00%

O percentual de atendimento ao SUS no exercício de 2017 foi de 78,56% (78,33% em 2016).

27 Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde (CEBAS)

Considerando o Parecer Técnico nº 233/2016-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS, constante do processo nº 25000.172017/2015-83/MS, concluiu o atendimento aos requisitos constantes da portaria nº 834/GM/MS de 26 de abril de 2016; do Decreto 8.242, de 23 de maio de 2014 e da Lei 12.101/2009 de 27 de novembro de 2009 foi deferido a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, cuja renovação tinha validade pelo período de 1º de janeiro de 2016 à 31 de dezembro de 2018.

28 Instrumentos financeiros

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros como contas correntes bancárias, aplicações financeiras e contas a receber e a pagar, empréstimos e financiamentos. A Administração dos instrumentos financeiros que a Entidade mantém é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* as condições vigentes de mercado.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Entidade não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo e também não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco no exercício.

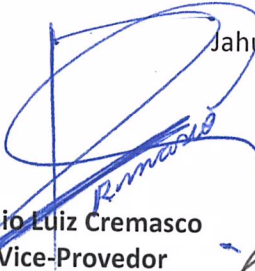
A collection of handwritten signatures in blue ink, including a large circular mark, a signature with a long horizontal stroke, and several other distinct signatures.

29 Cobertura de seguros

A Administração da Entidade adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Jahu (SP), 31 de dezembro de 2017



Alcides Bernardi Júnior
Provedor


Antonio Luiz Cremasco
1º Vice-Provedor


Laércio Peroni
2º Vice-Provedor



Adilson Ortigoza
1º Secretário


Adilson de Carvalho
2º Secretário


Adhemar Galvanini
1º Tesoureiro


Antonio Angelo Rossi
2º Tesoureiro


Dr. Ary José Bauer Júnior
3º Tesoureiro


Edenilson Luiz Pecori
CRC 1SP194456/O-5 - Contador



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Irmandade de Misericórdia do Jahu, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após haver procedido exame das demonstrações contábeis, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, concluiu, com base no parecer dos auditores independentes, Moore Stephens Prisma Auditores e Consultores, que as referidas demonstrações refletem a posição patrimonial e financeira da Irmandade, manifestando-se favoravelmente ao encaminhamento dos referidos documentos para apreciação dos Senhores Irmãos na Assembleia Geral, opinando pela sua aprovação.

Jahu (SP), 09 de março de 2018



Guy Fernando Magalhães de Toledo



Antenor Pelizzon



Mauri Donizete Guarnieri